

EDITAL Nº 001/2022, 05 de julho de 2022.

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS PARA
CONTRATAÇÃO DE CARGOS/FUNÇÕES PÚBLICAS DE
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (ACS) PARA O QUADRO
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE
INACIOLÂNDIA**

I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. A Secretaria Municipal de Saúde, por meio da Comissão Organizadora do Processo Seletivo para o preenchimento dos cargos de Agente Comunitário de Saúde (ACS), no uso de suas atribuições, conforme o Decreto n.º 1.537/2021, torna público para conhecimento dos interessados, o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE PROVAS** para a contratação de Agentes Comunitários de Saúde e Agente Comunitário de Endemias para o quadro da Secretaria Municipal de Saúde do Município de INACIOLÂNDIA/GO, o qual será regido por este Edital, seus anexos, avisos, atos complementares e eventuais retificações, com vínculo direto com o ente, sob regime jurídico estatutário, por tempo indeterminado, a presente seleção será regida nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal; Emenda Constitucional n.º 51/06, de 14/02/06; os §§ 4º, 5º, 6º ao art. 198, §4º, 5º e 6º da Constituição da República Federativa do Brasil e nas Leis Federais n.º 11.350/06, 13.595/18, 13.708/18, Lei Municipal 485/07 de 14 de março de 2007, Contratação Temporária de Excepcional interesse Público, Decreto Municipal n.º 0343/22 de 30 de junho de 2022 e Lei Complementar 004/99 de 23 de junho de 1999, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Inaciolândia e Lei Municipal 476/06, de 13 de dezembro de 2006 e alteração pela Lei 950/22 de 20 de junho de 2022

1.1. Todos os atos pertinentes ao presente processo seletivo serão publicados e divulgados por meio do endereço eletrônico www.inaciolandia.go.gov.br, bem como nos murais da Secretaria Municipal de Saúde de INACIOLÂNDIA/GO e da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ainda, a critério da Administração, ser publicados nos meios de comunicação existentes no Município ou ainda em Jornal de Circulação Regional, sob a forma de extrato.

1.2. É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação ou divulgação dos atos pertinentes ao Processo Seletivo de que trata este edital, obrigando-se a atender aos prazos e condições estipulados e que forem publicados durante a execução do Processo Seletivo.

1.3. O tratamento de dados pessoais dos candidatos inscritos neste Processo Seletivo Público encontra-se em conformidade com a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção a Dados Pessoais.

II – DAS VAGAS

2. O Processo Seletivo Público destina-se ao preenchimento de 04 (quatro) vagas existentes do cargo de Agente Comunitário de Saúde e, além de cadastro de reserva para a atuação na Atenção Primária da Saúde (APS).

2.1. Não serão oferecidas vagas para candidatos portadores de deficiência elencados no rol previsto no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, visto que as atribuições dos cargos são incompatíveis com a deficiência de que são portadores.

2.2. As vagas encontram-se discriminadas na tabela abaixo e terão validade de 03 anos, a contar da data da publicação de sua homologação, e prorrogada por igual período.

Cargos	Vagas	VAGA RESERVA	Escolaridade e/ou outros requisitos exigidos para a Contratação	Carga Horária Semanal	Salário
Agente Comunitário de Saúde	01	9	-Ensino Médio Completo; -Haver concluído Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada	40 horas	R\$ 1.707,48

2.3. A habilitação no Processo Seletivo Público não assegura ao candidato a contratação imediata, mas apenas a garantia de ser convocado segundo as vagas existentes, de acordo com as necessidades da Administração Municipal, respeitada a ordem de classificação, dentro da validade do certame.

III – DAS ÁREAS PARA ATUAÇÃO NO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS.

ÁREA	VAGAS	VAGA RESERVA
ESF-I	01	05
ESF-II	00	04
TOTAL	01	09

3. Para os candidatos que ficarem em dúvida, poderão dirigir-se à Secretaria Municipal de Saúde para verificar o Mapa das áreas de abrangência de cada Unidade de Saúde.

3.1. Descrição Atividades Desenvolvidas - Agente Comunitário de Saúde:

Desenvolver e/ou executar, sob supervisão e orientação, atividades auxiliares em ações de educação e saúde,

dentro da atenção básica com ênfase na prevenção de doenças na promoção da saúde; realizar mapeamento de território; cadastrar as famílias e manter o cadastro atualizado, identificar áreas de riscos e, indivíduos e famílias em situação de risco; participar de programas de treinamento da área de atuação; executar outras atividades de interesse da área.

DESCRIÇÃO DETALHADA:

Exercício de atividade de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvimento em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor Municipal.

- 1 – Utilização de instrumentos para diagnósticos demográfico e sócio-cultural da comunidade;
- 2 – Promoção de ações de educação para saúde individual e coletiva;
- 3 – O registro, pra fins exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;
- 4 – O estímulo à participação da comunidade nas políticas publicas voltadas para a área da saúde;
- 5 – A realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- 6 – Participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outra políticas que promovam a qualidade de vida.

VISITAS DOMICILIARES REGULARES E PERIÓDICAS

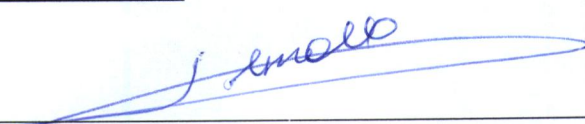
- da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;
- da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;
- da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e sua altura;
- do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;
- da pessoa em sofrimento psíquico;
- da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;
- da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;
- dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;
- da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

IV – DAS INSCRIÇÕES

4. A inscrição no Processo Seletivo Público implica, desde logo, o conhecimento e a tácita concordância pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

4.1. As inscrições deverão ser realizadas na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizado na Avenida Rios dos Bois, n.º 06, Bairro Centro, Inaciolândia-GO, **no período de 20 de julho de 2022 até o dia 29 de julho de 2022**, no horário compreendido das **08 h ao 11 h e das 13 h às 17 h**.

4.2. Não será cobrada taxa de inscrição.





4.3. No ato da inscrição os candidatos deverão apresentar/entregar na sede da Secretaria Municipal de Saúde cópias de CPF, Documento Oficial de Identidade, Comprovante de Residência Atual e Comprovante de Escolaridade (Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio e/ou Ensino Superior) e preencher ficha de inscrição, a ser retirada no local.

4.4. No ato da inscrição, o candidato deverá escolher para somente um dos cargos disponíveis no edital, ou seja, para ACS, oportunidade em que também deverá selecionar o ESF para o qual deseja inscrever-se.

4.5. Serão aceitos como documentos de identidade: Carteiras e/ou Cédulas de Identidade expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelas Forças Armadas, pelo Ministério das Relações Exteriores e pela Polícia Militar; Cédulas de Identidade fornecidas por Órgãos Públicos ou Conselhos de Classe que, por Lei Federal, são válidos como documentos de identidade, como, por exemplo, as Carteiras do CRA, CREA, OAB, CRC, CRM, etc.; Certificado de Reservista; Passaporte; Carteira de Trabalho e Previdência Social, bem como Carteira Nacional de Habilitação (com fotografia na forma da Lei nº 9.503/97) e Cédula de Identidade para Estrangeiros. Caso o candidato tenha documento de Identidade aberto ou avariado ou com foto desatualizada, deverá portar outro documento (dentro os acima citados).

4.6. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, títulos eleitorais, carteiras de motorista (modelo antigo), carteiras de estudante, carteiras funcionais, CPF ou qualquer outro documento sem valor de identidade, bem como documentos ilegíveis ou não identificáveis.


4.7. As inscrições também poderão ser realizadas através de Procuração com poderes específicos e firma reconhecida para a realização da inscrição neste processo seletivo público.

4.8. Não serão aceitas inscrições com falta de documentos, via postal, fax ou por correio eletrônico, extemporâneas e/ou condicionais.

4.9. O Município de INACIOLÂNDIA/GO não possui qualquer responsabilidade com despesas de deslocamento e estadia efetuadas pelos candidatos em razão deste Processo Seletivo Público.

4.10. Ao inscrever-se o candidato concorda que seus dados e desempenho sejam divulgados junto ao Edital que divulga os resultados.

4.11. Dentre as condições estabelecidas, fica ciente o candidato que no ato voluntário de inscrição, concorda com a publicidade de dados como seu nome completo, data de nascimento, nº de inscrição, notas e resultados advindos do Processo Seletivo Público para o qual se inscreveu, em obediência ao preceito constitucional esculpido no caput do art. 37 da Constituição da República de 1988 que preconiza que a administração pública direta e indireta, fundacional e autárquica deve dar publicidade aos seus atos, assim como em obediência ao que determina a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) no inciso III, do art. 2º e no inciso X, do § 3º do art. 7º, cominado com incisos II, III e IV do mesmo art. 7º da referida lei, que dispõe sobre a viabilidade do uso de dados pessoais nos casos em que a administração pública exerça sua função também através de contratos.





convênios ou instrumentos congêneres, como é o caso.

4.12. Além das exigências contidas neste Edital, o candidato tem pleno conhecimento de que, depois deconvocado e contratado:

- a) Não poderá mudar de cargo/função pública sem outro Processo Seletivo Público;
- b) Deverá o candidato ao Cargo de Agente Comunitário de Saúde assumir a vaga de acordo com o ESF escolhido.

4.13. Será permitido ao candidato inscrever-se em apenas um dos cargos ofertados.

4.14. É vedada a participação de membros e familiares da comissão de primeiro grau como candidatos nesse Processo Seletivo Público.

V – DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

5. A partir de 01/08/2022, será divulgado Edital de Homologação das Inscrições, com a respectiva relação de candidatos homologados, diretamente nos Painéis de Publicação da Prefeitura Municipal, da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Saúde, bem como, em caráter meramente informativo na Internet, pelo site da Prefeitura Municipal de INACIOLÂNDIA/GO.

5.1. O candidato deverá consultar o Edital de Homologação das Inscrições, bem como a relação de candidatos homologados para confirmar sua inscrição.

5.2. Caso a inscrição não tenha sido homologada, o candidato pode interpor pedido de recurso, conforme determinado neste Edital.

5.3. Se mantida a não homologação, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Público, não assistindo direito de realizar as provas.

VI – DO ATENDIMENTO AOS CANDIDATOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS.

ACOMETIDOS PELA COVID-19 E LACTANTES

6. As condições especiais para a realização das provas poderão ser requeridas para pessoas que, em razão de alguma limitação temporária, apresentem necessidade.

6.1. O candidato poderá requerer no ato da inscrição atendimento especial para o dia de realização das provas, indicando as condições de que necessita para a realização destas.

6.2. A realização de provas nas condições especiais solicitadas pelo candidato, assim consideradas aquelas que possibilitam a prestação do exame respectivo, será condicionada à solicitação do candidato, devendo ser observada a possibilidade técnica examinada pela Secretaria Municipal de Educação, banca examinadora responsável pela deflagração do processo seletivo público.

6.3. Considerando a possibilidade de os candidatos serem submetidos à detecção de metais durante a prova, aqueles que, por razões de saúde, façam uso de marca-passo, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos deverão comunicar a situação no ato da inscrição e apresentar exames e laudos que comprovem o uso de tais equipamentos, sob possibilidade de indeferimento da inscrição.

6.4. O CANDIDATO COM COVID-19 E/OU SINTOMAS RESPIRATÓRIOS E/OU FEBRE que estiver em isolamento sanitário em decorrência da infecção pelo Coronavírus SARS COV-2 ou for contactante de COVID-19, além dos candidatos que apresentarem sintomas respiratórios agudos e/ou febre, devem proceder da seguinte forma:

6.5. CANDIDATOS QUE TESTARAM POSITIVO QUANTO À COVID-19 NÃO poderão fazer prova.

6.5.1. CANDIDATOS COM SINTOMAS RESPIRATÓRIOS E/OU FEBRE OU CONTACTANTE DE COVID-19 poderão fazer prova, tendo seu direito preservado desde que a banca examinadora seja previamente comunicada, de 14 (quatorze) dias até 48 (Quarenta e oito) horas antes da prova, sua condição para que seja estabelecido atendimento especial, sendo reservada uma sala de isolamento para realização da prova.

6.5.2. Caso a sintomatologia respiratória aguda e/ou febre, ainda não confirmada como COVID19, se inicie em tempo inferior a 24 (vinte e quatro) horas da data agendada para o início das provas e o candidato esteja em condições de realizar a prova, este deverá se dirigir no dia da prova à Coordenação do Processo Seletivo Público, que estará identificada com crachá, usando máscara e mantendo uma distância de, no mínimo, 1,5 (um e meio)

6.5.3. metro, e informar seus sintomas. A Coordenação do Processo Seletivo Público estará apta para a resolução de isolamento sanitário indicado à situação.

6.6. O candidato que solicitar quaisquer condições especiais deverá anexar, quando da inscrição, Laudo Médico com CRM, emitido nos últimos 12 (doze) meses, com parecer que ateste e justifique a necessidade do atendimento especial, salvo lactantes.

6.7. A divulgação do deferimento e indeferimento das solicitações de condição especial será feita pelo site oficial da Prefeitura Municipal de INACIOLÂNDIA.

6.8. A candidata lactante que necessitar amamentar durante a realização da prova poderá fazê-lo, desde que assim o requeira no ato da inscrição.

6.8.1. A candidata lactante que não apresentar a solicitação no ato da inscrição, seja qual for o motivo alegado, poderá não ter a solicitação atendida por questões de não adequação das instalações físicas do local de realização das provas, ficando o atendimento da condição solicitada sujeita à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido pela Secretaria Municipal de Educação.

6.8.2. É facultado à candidata apresentar previamente o pedido para realização em condição especial



para amamentação, havendo a compensação do tempo de amamentação a seu favor.

6.8.3. Para amamentação, a criança deverá permanecer no ambiente a ser determinado pela coordenação local deste Processo Seletivo Público.

6.8.4. A criança deverá estar acompanhada somente de um adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata), e a permanência temporária desse adulto, em local apropriado, será autorizada pela Coordenação deste Processo Seletivo Público.

6.8.5. A candidata, durante o período de amamentação, será acompanhada de um Fiscal, do sexo feminino, da Secretaria Municipal de Educação, que garantirá que sua conduta esteja de acordo com os termos e condições deste Edital.

6.8.6. Nos momentos necessários da amamentação, a candidata lactante poderá ausentar-se temporariamente da sala de prova, acompanhada de uma fiscal.

6.8.7. A amamentação dar-se-á nos momentos em que se fizerem necessários e na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, a criança e uma fiscal, sendo vedada a permanência de babás ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

6.8.8. A Secretaria Municipal de Educação não disponibilizará acompanhante para guarda de criança, devendo a candidata lactante levar acompanhante para tanto, sob pena de não poder realizar as provas.

6.8.9. Não será permitida a modificação da data das provas de candidatos que, por convicção religiosa, não desempenham atividades aos sábados até o pôr do sol, tais como os participantes de igrejas adventistas.

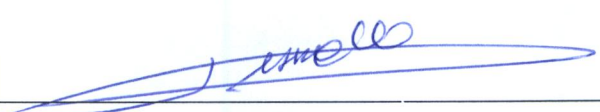
VII – DAS CONDIÇÕES PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS

7. O Processo de Seleção Pública para os cargos de que trata este Edital terá 02 (duas) etapas de provas que consistem:

- a) 1ª Etapa – Prova objetiva de múltipla escolha (caráter eliminatório e classificatório);
- b) 2ª Etapa – Conclusão do curso Introdutório de formação Inicial (caráter eliminatório e classificatório) em que o candidato deve atingir a nota mínima de 70 (setenta) pontos e 100% (cem por cento) de frequência.

7.1. Será publicado no endereço eletrônico: **ww.inaciolandia.go.gov.br**. o ato de confirmação do dia, local e horário de realização da Prova Objetiva de Múltipla Escolha, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar as divulgações no endereço eletrônico.

7.2. Os candidatos deverão comparecer aos locais determinados 60 (sessenta) minutos antes do horário de início das provas, munidos do documento original de identidade oficial com foto, de caneta esferográfica de tinta azul ou preta com estrutura transparente e máscaras de proteção.



7.3. Não será permitida a entrada e a permanência do candidato que não estiver usando máscara cobrindo a boca e o nariz.

7.3.1. Sugere-se que o candidato leve uma máscara reserva, caso seja necessária a troca da máscara durante o período de realização da prova.

7.3.2. Na chegada ao local da prova, o candidato deverá respeitar o distanciamento mínimo, evitando a proximidade entre as pessoas e obedecendo a metodologia de ordenamento de entrada do candidato estabelecida pela Coordenação do Processo Seletivo Público.

7.4. Será eliminado deste Processo Seletivo Público o candidato que se apresentar após o horário de fechamento dos portões ou não se apresentar para a realização das provas no dia, horário e local para os quais foi convocado, munido de documento de identificação.

7.4.1. Em função do impacto da pandemia do COVID-19, o candidato que não seguir as orientações determinadas pela Coordenação do Processo Seletivo Público durante a aplicação da prova, poderá ser eliminado deste Processo Seletivo Público, não sendo permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos ou destes com outras pessoas além da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público.

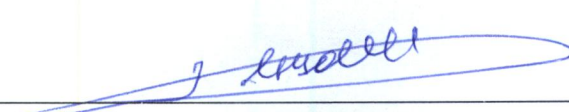
7.5. O ingresso na sala de provas somente será permitido ao candidato que estiver munido de um dos documentos abaixo discriminados, com foto, válidos, em forma legível e em via original:

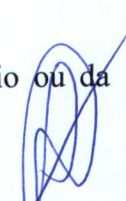
- a) Cédula de Identidade (RG) expedidas pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Comandos Militares, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares;
- b) Carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.);
- c) Carteira Nacional de Habilitação (CNH), modelo novo com fotografia, que contenha o número da Cédula de Identidade (RG);
- d) Passaporte brasileiro, Certificado de Reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público, que por Lei Federal valham como identidade;
- e) Carteira de Trabalho com foto;
- f) Na hipótese de candidato estrangeiro, apresentação de um documento de identificação oficial de estrangeiro.

7.5.1. O documento de identificação deverá estar em perfeita condição, a fim de permitir, com clareza, a identificação do candidato.

7.5.2. Não serão aceitos, por serem documentos destinados a outros fins, Protocolos, Boletim de Ocorrência, Certidão de Nascimento, Título Eleitoral, Carteira Nacional de Habilitação emitida anteriormente à Lei Federal nº 9.503/97, Carteira de Estudante, Crachás, Identidade Funcional de natureza pública ou privada, cópias dos documentos citados, ainda que autenticadas, ou quaisquer outros documentos não constantes deste Edital.

7.5.3. Não será permitido ao candidato realizar provas fora da data estabelecida, do horário ou da





cidade/espço físico determinado pela banca examinadora.

7.5.4. O candidato deverá apor sua assinatura na Folha de Respostas, equivalente aquela constante em seu documento de identidade, sendo vedado a rubrica em caso de o documento apresentado não ser assinado da mesma forma.

7.6. Depois de identificado e instalado, o candidato somente poderá deixar o local de realização das provas (sala) mediante consentimento prévio, acompanhado de um fiscal ou sob a fiscalização da equipe de aplicação de provas.

7.7. Durante o período de realização das provas, não será permitido o uso de lápis, borracha, lápis-borracha, lapiseira, óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógio, pagers, bip, agenda eletrônica, calculadora, walkman, notebook, palmtop, ipod, tablet, gravador, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, assim como não será permitido anotação de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos, uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual.

7.8. O descumprimento da instrução especificada implicará a eliminação do candidato.

7.9. Telefone celular, rádio comunicador e aparelhos eletrônicos dos candidatos, enquanto na sala de prova, deverão permanecer desligados, tendo sua bateria retirada, sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova.

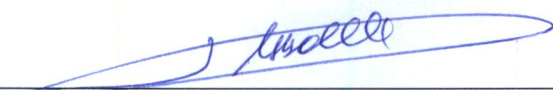
7.10. No caso dos telefones celulares, do tipo smartphone, em que não é possível a retirada da bateria, os mesmos deverão ser desligados sendo acomodados em local a ser indicado pelos fiscais de sala de prova. Caso tais aparelhos emitam qualquer som, o candidato poderá ser eliminado do Processo Seletivo Público.

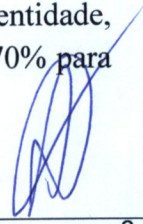
7.11. O candidato que, durante a realização da prova, for encontrado portando/manuseando qualquer um dos objetos especificados no subitem 7.7, incluindo os aparelhos eletrônicos citados, mesmo que desligados, poderá ser eliminado do Processo Seletivo Público, a critério de julgamento da comissão nomeada; ouvido a banca organizadora, não podendo alegar desconhecimento dessa regra.

7.12. É vedado o ingresso de candidato na sala ou local de prova portando arma de fogo ou objetos similares, mesmo que possua o respectivo porte.

7.13. Demais pertences pessoais serão deixados em local indicado pelos fiscais durante todo o período de permanência dos candidatos no local da prova, não se responsabilizando o Município de INACIOLÂNDIA por perdas, extravios ou danos que eventualmente ocorrerem.

7.14. A banca examinadora recomenda que o candidato leve apenas o documento original de identidade, caneta esferográfica azul ou preta com estrutura transparente, máscaras de proteção e álcool 70% para uso individual para a realização das provas.





7.15. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra.

7.16. Não haverá prorrogação do tempo de duração das provas, respeitando-se as condições previstas no Edital de Convocação.

7.17. Não será permitida, nos locais de realização das provas, a entrada e/ou permanência de pessoas não autorizadas pela banca examinadora, salvo o previsto no item 6.8.5. deste Edital.

7.18. O candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas.

7.19. Poderá ser eliminado o candidato que:

- a) Apresentar-se após o fechamento dos portões ou fora dos locais pré-determinados;
- b) Não comparecer à prova, seja qual for o motivo alegado;
- c) Não apresentar o documento de identidade exigido no subitem 7.5. deste Edital;
- d) Ausentar-se da sala de provas sem o acompanhamento do fiscal, ou antes do tempo mínimo de permanência estabelecido no subitem 8.1.18 deste Edital;
- e) Fizer uso de notas, anotações, livros, impressos, manuscritos, códigos, manuais ou qualquer outro material literário ou visual, salvo se expressamente admitido no Edital;
- f) Não acatar a determinação contida nos itens 7.3 e 7.11 deste Edital;
- g) Não devolver a Folha de Respostas conforme o subitem 8.1.18 deste Edital;
- h) Fizer anotação de informações relativas às suas respostas (copiar gabarito) fora dos meios permitidos;
- i) Ausentar-se da sala de provas, portando a Folha de Respostas;
- j) Não cumprir as instruções contidas no Caderno de Questões das Provas e na Folha de Respostas;
- k) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer fase do Processo Seletivo Público;
- l) Não permitir a coleta de sua assinatura;
- m) Não assinar a Folha de Respostas da Prova Objetiva;
- n) Recusar a submeter-se ao sistema de detecção de metais;
- o) Fotografar, filmar ou, de alguma forma, registrar e divulgar imagens e informações acerca do local da prova, da prova e de seus participantes;
- p) Desrespeitar, ofender, agredir ou, de qualquer outra forma, tentar prejudicar outro candidato;
- q) Perturbar de qualquer modo a ordem dos trabalhos durante a preparação ou realização das provas;
- r) Tratar com falta de urbanidade os examinadores, auxiliares, aplicadores ou autoridades presentes;
- s) Recusar-se a seguir as instruções dadas por membro da Comissão, da Banca Examinadora, da equipe de aplicação e apoio às provas ou qualquer outra autoridade presente no local do certame;
- t) Deixar de atender as orientações/instruções constantes neste Edital.

7.20. O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA/GO e a Secretaria Municipal de Saúde esclarecem que a aplicação da prova será realizada em conformidade com as orientações da Organização Mundial da Saúde - OMS e diretrizes federais, estaduais e municipais concernentes às medidas de prevenção de transmissão e contágio pelo COVID-19.



7.21. O Processo Seletivo Público poderá ser cancelado, tendo alterado o local e/ou a data de realização da prova em virtude de caso fortuito ou de força maior. Neste caso, a banca examinadora comunicará o fato aos candidatos por meio dos contatos informados quando do ato de sua inscrição no certame.

7.22. O Município de INACIOLÂNDIA não se responsabilizará por fornecimento de máscaras de proteção facial.

7.23. A Banca Examinadora adotará as seguintes medidas preventivas para a aplicação das provas:

a) Recomendação para que os candidatos evitem cumprimentos por meio de contatos físicos e o compartilhamento de objetos, que estejam com a máscara durante todo o tempo e, quando precisarem espirrar ou tossir, cubram o nariz e a boca com o braço;

b) Recomendação para que os candidatos usem calçados fechados, evitem levar bolsas, mochilas e, principalmente, telefone celular;

c) Recomendação para que os candidatos levem sua garrafa com água de casa em embalagem transparente e priorizem o uso de objetos individuais para o consumo de água, uma vez que não será permitido o uso do bebedouro direto na fonte, mas somente com utensílios que possibilitem a retirada de água utilizando copos descartáveis ou recipientes de uso individual;

d) Dentro do local de prova, durante o período de aplicação:

I. Para a chegada do candidato, na abertura do portão, a banca examinadora estabelecerá a metodologia de ordenamento de entrada do candidato, a fim de respeitar o distanciamento entre as pessoas, evitando proximidades e aglomerações, conforme descrito no Comprovante Definitivo de Inscrição (CDI);

II. Realizará e manterá a limpeza e desinfecção adequada de todos os locais de prova, principalmente as salas de realização de prova e sanitários;

III. Disponibilizará sabão e papel toalha nos banheiros para que todos os candidatos possam praticar a higienização das mãos sempre que utilizarem o banheiro na entrada e durante o período de prova;

IV. Manterá portas e janelas das salas de realização das provas abertas para garantir que os ambientes estejam arejados por ventilação natural;

V. Fará a aferição de temperatura de todos os candidatos na entrada e colocará em espaço isolado aqueles que por ventura apresentarem febre acima de 37,5°;

VI. Disponibilizará as cadeiras/carteiras de prova com distanciamento mínimo de 1,0(um) metro lateral para esquerda, direita, frente e costa, para cada candidato.

VIII – PRIMEIRA FASE PROVAS OBJETIVAS DE MÚLTIPLA ESCOLA

8. A Primeira Etapa deste Processo Seletivo Público será constituída de Prova Objetiva de Múltipla Escolha, de caráter eliminatório e classificatório.

8.1. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha, consistirá no número de questões, com cinco alternativas (A, B, C, D, E), sendo uma só correta.

8.2. A Prova Objetiva de Múltipla Escolha versará sobre os conteúdos definidos para o cargo/função pública respectivo.

8.3. O número de questões para as provas de ACS e o valor atribuído no quadro abaixo.

ÁREA DE CONHECIMENTO	N.º DE QUESTÕES	PESO POR QUESTÃO	PESO TOTAL
Língua Portuguesa	10	2,5	25,00
Matemática	10	1,5	15,00
Conhecimentos Específicos para o cargo	20	3,0	60,00
TOTAL	40		100,00

8.4. A aplicação da Prova Objetiva ocorrerá no Município de INACIOLÂNDIA/GO, na data provável de **13/08/2022** (Sábado), em escola municipal a serem oportunamente informadas no site oficial do Município de INACIOLÂNDIA/GO, sendo que a prova de ACS ocorrerá no período matutino, das 09:00 h às 12:00 h.

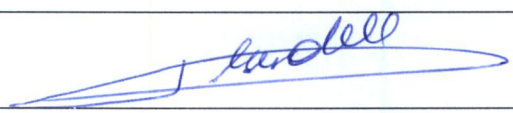
8.5. O Município de INACIOLÂNDIA/GO reserva-se o direito de indicar nova data para a realização de Prova Objetiva, em caso de necessidade de alteração desta já publicada, mediante publicação em site oficial, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da realização das provas.

8.6. A duração das provas será de 03h00min (três horas), incluído nesse tempo a distribuição da prova, a leitura das instruções e o preenchimento da Folha de Respostas das provas, sendo responsabilidade do candidato observar o horário estabelecido.

8.7. Os portões serão abertos em até 01 (uma) hora antes do início da prova e fechados **IMPRETERIVELMENTE**, 15 (quinze) minutos antes do início da prova.

8.8. As provas serão realizadas de acordo com o horário oficial de Brasília/DF, de acordo com o quadro abaixo:

EVENTO	HORÁRIOS ACS
Abertura dos Portões nos locais de prova	08:00 h
Fechamento dos Portões (<u>a partir desse horário não será permitida a entrada de candidatos sob qualquer alegação.</u>)	08:45 h
Início da resolução das provas	09:00 h




Prazo mínimo para entrega da prova	11:00 h
Término da prova (devolução obrigatória do caderno de provas e cartão-resposta).	12:00 h

8.9. O candidato que chegar após o fechamento dos portões não poderá entrar, ficando, automaticamente, eliminado do Processo Seletivo Público.

8.10. As salas em que os candidatos realizarão as provas serão divulgados no site oficial da Prefeitura Municipal de INACIOLÂNDIA/GO a partir de 08/08/2022.

8.11. Será fornecido ao candidato o Caderno de Questões e, em seguida, a Folha de Respostas para transcrição das respostas.

8.11.1. É de responsabilidade exclusiva do candidato a realização da assinatura na Folha de Respostas.

8.11.2. Na ausência da assinatura na Folha de Respostas o candidato será eliminado do Processo Seletivo Público.

8.11.3. Somente será permitida a transcrição das respostas na Folha de Respostas da Prova Objetiva, que será o único documento válido para a correção, feita com caneta esferográfica de tinta azul ou preta com estrutura transparente, vedada qualquer colaboração ou participação de terceiros, respeitadas as condições solicitadas e concedidas aos candidatos que necessitarem de condições especiais para a realização das provas.

8.11.4. O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar ou, de qualquer modo, danificar a Folha de Respostas da Prova, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de sua correção.

8.11.5. Não haverá substituição da Folha de Respostas das Provas por erro do candidato.

8.11.6. Não serão computadas questões não respondidas, que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis.

8.11.7. Serão consideradas nulas as Folhas de Respostas das Provas que estiverem marcadas ou escritas, respectivamente, a lápis, bem como contendo qualquer forma de identificação ou sinal distintivo (nome, pseudônimo, símbolo, data, local, desenhos ou formas) produzido pelo candidato fora do lugar especificamente indicado para tal finalidade ou sem assinatura.

8.11.8. O preenchimento da Folha de Respostas das provas será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder em conformidade com as instruções específicas contidas neste Edital e na capa do Caderno de Questões.

8.11.9. As instruções que constam no Caderno de Questões das Provas e na Folha de Respostas, bem como as orientações e instruções expedidas pela banca examinadora durante a realização das provas

complementam este Edital e deverão ser observadas e seguidas pelo candidato.

8.12. Somente será permitido ao candidato retirar-se definitivamente da sala de prova mediante a entrega obrigatória da sua Folha de Respostas, devidamente preenchida e assinada, e do seu Caderno de Questões ao fiscal de sala.

8.13. Os candidatos poderão ausentar-se da sala de aula, para utilização de sanitários ou para beber água, após transcorrido o tempo de 01 (uma) hora de seu início até o prazo de 15 (quinze) minutos antes do seu término, sendo que os três últimos candidatos presentes na sala somente poderão deixar o local de prova juntos.

8.14. Ao terminarem as provas, os candidatos deverão se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros.

8.15. Após finalizada a prova, os candidatos poderão levar consigo o Caderno de Questões.

8.16. No dia da realização das provas, não serão fornecidas por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo das provas e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.17. Será considerado aprovado na Prova Objetiva deste Processo Seletivo Público, os candidatos que perfizerem o mínimo 50% (cinquenta por cento) da maior nota obtida no cargo pleiteado, de acordo com o total de pontos atribuídos nas Provas Objetivas de Múltipla Escolha, com equivalências de pesos previstas no Quadro de Provas.

8.18. As Provas Objetivas de Múltipla Escolha de todos os candidatos serão corrigidas por meio eletrônico (digital).

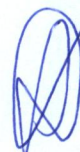
8.19. Os gabaritos oficiais da Prova Objetiva de Múltipla Escolha e a relação provisória/definitiva de classificados para a segunda etapa serão disponibilizados no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de INACIOLÂNDIA/GO, no dia 23/08/2022.

IX - SEGUNDA FASE CURSO DE FORMAÇÃO INTRODUTÓRIO OFICIAL

9. Serão considerados classificados para a segunda etapa do processo seletivo (Etapa do Curso Introdutório) os 10 candidatos que obtiverem a maior nota na prova objetiva para ACS, observando-se para tanto, o critério para desempate.

9.1. O Curso Introdutório será de caráter eliminatório e classificatório, constituindo a 2ª Etapa do Processo Seletivo.

9.2. O Curso Introdutório Inicial será ministrado pelos técnicos da Secretaria de Estado da Saúde e também será realizado na ESCOLA MUNICIPAL.



9.3. O curso de formação para os classificados ao cargo de ACS será ministrado nos dias 05,06,08,09 e 10 de setembro de 2022, das 08 h às 12 h e das 14 h às 18 h.

9.4. Será eliminado o candidato que não obtiver 70% (setenta por cento) de aproveitamento nas avaliações teóricas e a práticas do curso.

9.5. O Curso Introdutório terá a duração de 40 h (quarenta horas), sendo que o candidato deverá frequentar 100% (cem por cento) das horas aulas práticas e teóricas.

9.6. O controle da frequência será diário com assinatura do candidato no início e término da aula.

9.7. Na 2ª Etapa, a classificação do ACS levará em consideração o somatório das avaliações de desempenho realizadas no Curso Introdutório Inicial, referente às atividades teóricas, práticas e de competências relacionais.

9.8. O Cadastro de Reserva será preenchido a critério e conveniência da Prefeitura, devendo obedecer para convocação a ordem crescente de classificação dos candidatos aprovados, devendo os mesmos participar do mencionado Curso.

X – DA APROVAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO FINAL E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10. Será considerado aprovado no Processo Seletivo Público o candidato que obtiver a pontuação e a classificação mínimas exigidas para aprovação, nos termos deste Edital.

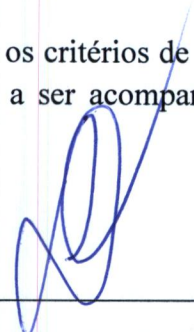
10.1. A classificação final será do candidato com melhor avaliação da 2ª Etapa.

10.2. Na hipótese de igualdade de nota final entre candidatos, serão aplicados critérios de desempate, tendo preferência, sucessivamente, o candidato que tiver:

- a) Idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme estabelece o parágrafo único do Art. 27 da Lei Federal nº 10.741/2003 (Estatuto do Idoso), sendo considerada, para esse fim, o momento do processamento para o desempate;
- b) Maior número de pontos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, nas questões de Conhecimentos Específicos;
- c) Maior número de pontos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, nas questões de Língua Portuguesa;
- d) Obter a maior pontuação na avaliação do Curso Introdutório Inicial;

10.3. Caso algum dos ESF's não seja preenchido pelo quantitativo de vagas existentes, será utilizada lista geral do Cadastro de Reserva de acordo com a classificação do candidato.

10.4. Nos casos em que o empate persistir mesmo depois de aplicados todos os critérios de desempate previstos no subitem 11.4, a banca examinadora realizará Sorteio Público, a ser acompanhado pela Comissão do Processo Seletivo Público.



10.5. No Resultado deste Processo Seletivo Público, os candidatos aprovados constarão na ordem crescente de classificação.

10.6. Será divulgado no endereço eletrônico www.inaciolandia.go.gov.br o resultado final do Processo Seletivo Público.

10.7. O candidato não aprovado será excluído do Processo Seletivo Público e não constará na lista de Classificação Final.

XI – DOS RECURSOS

11. O candidato, que manifestar qualquer discordância com relação o gabarito preliminar da prova objetiva, poderá interpor recurso de 20/09/2022 a 21/09/2022, no período de 08 h ao 12 h e 14 h às 17 h, a ser protocolado na Secretaria Municipal de Saúde.

11.1. O candidato também poderá interpor recurso, no prazo de 02 (dois) dias úteis, nas seguintes situações:

- a) Contra o indeferimento da inscrição;
- b) Contra o indeferimento do pedido de condição especial para realização das provas;
- c) Contra a totalização dos pontos obtidos na Prova Objetiva de Múltipla Escolha, desde que se refira a erro de cálculo das notas;
- d) Contra o somatório das notas e classificação preliminar dos candidatos no Processo Seletivo Público.

11.2. O recurso seguirá o modelo previsto no Anexo II deste Edital.

11.3 Será admitido a interposição de recursos por meio de procuração.

11.4 Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes e que apontem objetivamente as circunstâncias que os justificam com citações de artigos de legislação, itens, páginas de livros, nome dos autores, entre outros.

11.5 Todos os recursos regulares serão analisados e os pareceres serão disponibilizados pelo endereço eletrônico www.inaciolandia.go.gov.br, e no mural da Secretaria Municipal de Saúde, motivo pelo qual não serão encaminhadas respostas individuais aos candidatos.

11.6 Caso alguma questão seja anulada, em virtude de recurso administrativo ou de decisão judicial, a pontuação correspondente será atribuída a todos os candidatos, indistintamente, independente de terem recorrido ou ingressado em juízo;

11.7 Os recursos devem seguir as seguintes determinações:

- a) Não conter qualquer identificação do candidato no corpo do recurso, no caso de recurso contra questões da Prova Objetiva, gabaritos preliminares e totalização;



- b) Indicar o número da questão impugnada, da resposta do gabarito oficial e da resposta marcada pelo candidato ou procedimento que está sendo contestado/recorrido;
- c) Ser elaborado com argumentação lógica, consistente e, no caso de recurso contra questões da Prova Objetiva, Discursiva e/ou gabaritos preliminares, ser fundamentado exclusiva e expressamente na bibliografia referenciada nesse Edital, com indicação precisa do nome do autor, título, edição, capítulo, página e trecho no qual sua irrisignação se origina;
- d) Proceder ao confronto analítico entre suas razões de sua irrisignação, a bibliografia referenciada neste Edital, e o ato decisório objeto do recurso;
- e) Apresentar a fundamentação referente apenas à questão previamente selecionada para recurso, sendo necessário, obrigatoriamente, a citação da referência bibliográfica utilizada para tal recurso constando nome, versão, capítulo e páginas da referência.

11.8. Para a situação mencionada no item 12.1, alínea “e” deste Edital, será admitido um único recurso por questão para cada candidato, devidamente fundamentado.

11.9. Não serão aceitos recursos coletivos e nem contra terceiros.

11.10. Serão indeferidos os recursos em face do gabarito preliminar caso:

- a) Não estejam devidamente fundamentados e amparados no referencial bibliográfico desse Edital, com sua citação;
- b) Não apresentem argumentações lógicas e consistentes;
- c) Sejam encaminhados ou interpostos em desacordo com o prazo estabelecido neste edital;
- d) Apresentem no corpo da fundamentação outras questões que não a selecionada para recurso;
- e) Não informem o número correto da questão a que postula o recurso;
- f) Apresentem argumentação idêntica à constante de outro(s) recurso(s);
- g) Apresentem teor que desrespeite a banca examinadora;
- h) Apresentem teor contra terceiros;
- j) Forem encaminhados de forma coletiva;
- k) Não estejam de acordo com as disposições deste Edital.

11.11. O recurso deverá ser apresentado com argumentação lógica e consistente, ter no máximo 30 (trinta) linhas por recurso/questão e conter dentro do texto o referencial bibliográfico de suporte no início da argumentação.

11.12. Não serão deferidos os recursos que não atenderem às formas e aos prazos determinados neste Edital.

11.13. Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor seja objeto de recurso apontado neste Edital.

11.14. A decisão relativa ao deferimento ou indeferimento dos recursos será divulgada no endereço eletrônico: www.inaciolandia.go.gov.br

11.15. A decisão recursal deste Edital terá caráter terminativo e não será objeto de reexame.



11.16 Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos.

11.17. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

11.18. Alterado o gabarito oficial, de ofício ou por força de provimento de recurso, as provas serão corrigidas de acordo com o novo gabarito.

11.19. Poderá haver alteração da classificação inicial obtida para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, poderá ocorrer à desclassificação do candidato que não obtiver a nota mínima exigida após a divulgação do gabarito oficial.

11.20. Não haverá reapreciação de recursos pelos membros da banca examinadora.

11.21. Não serão permitidas ao candidato a inclusão, a complementação, a suplementação e/ou a substituição de documentos durante ou após os períodos recursais previstos neste Edital.

11.22. A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

11.23. Após análise dos recursos, o resultado será divulgado no endereço eletrônico:
www.inaciolandia.go.gov.br.

11.24. Em caso de alteração do resultado, será publicada a reclassificação dos candidatos e a divulgação da novalista de aprovados.

11.25. O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA não se responsabiliza, quando os motivos de ordem técnica não lhe forem imputáveis, por recursos não recebidos por problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos, extravio da correspondência por parte dos correios, bem como por outros fatores alheios que impossibilitem a entrega dos envelopes.

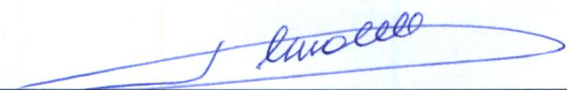
XII – DA HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

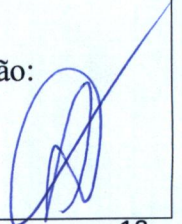
12.1. O resultado do Processo Seletivo Público será homologado por meio de ato do Prefeito de Inaciolândia/GO.

12.2. O ato de homologação do resultado do Processo Seletivo Público será publicado no Diário Oficial do Município e divulgado nos endereços eletrônicos: www.inaciolandia.go.gov.br.

XIII – DOS REQUISITOS PARA A INGRESSO NO SERVIÇO PÚBLICO

13. São requisitos para ingresso no serviço público a serem apresentados quando da Contratação:





- a) Ter sido aprovado(a) e classificada(a) no Processo Seletivo Público, na forma estabelecida neste Edital;
- b) Ser brasileiro nato, naturalizado ou português, sendo que neste último o candidato deverá estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do Parágrafo 1º, Art. 12, da Constituição Federal e do Decreto nº 70.436/72;
- c) Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos na data da admissão;
- d) Possuir ensino médio completo, nos termos da Lei n.º 11.350, de 05 de outubro de 2006;
- e) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares (esta última para candidatos do sexo masculino);
- f) Não perceber proventos de aposentadoria civil ou militar ou remuneração de cargo, emprego ou função pública que caracterizem acumulação ilícita, na forma do inciso XVI e parágrafo 10º do Art. 37 da Constituição Federal;
- g) Possuir documento oficial de identidade e CPF;
- h) Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do emprego, a ser atestado por exame médico pré-admissional, o qual ficará sob o exclusivo encargo do candidato classificado;
- i) Comprovação de residência, que poderá ser feita através de conta de luz, água ou telefone;
- j) Não ter sido condenado por sentença criminal transitada em julgado e não cumprida, atestado por certidão negativa de ações criminais extraída no site:

<<https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoNegativaPositivaPublica?PaginaAtual=1&TipoArea=2&InteressePessoal=S>>

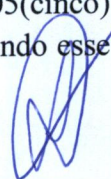
- k) Não ser aposentado por invalidez e nem estar com idade de aposentadoria compulsória, ou seja, 75(setenta e cinco) anos;
- l) Não receber proventos de aposentadoria oriundos de cargo ou função exercidos perante a União, Território, Estado, Distrito Federal, Município e suas Autarquias, Empresas ou Fundações, conforme preceitua o artigo 37, §10 da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 20 de 15/12/98, ressalvadas as acumulações permitidas pelo inciso XVI do citado dispositivo constitucional, os cargos eletivos e os cargos em comissão;
- m) Não ter sido demitido/exonerado do MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA/GO, por justa causa ou em decorrência de processo administrativo disciplinar.

XIV – DA CONVOCAÇÃO E ENTRADA EM EXERCÍCIO.

14. Concluído o Processo Seletivo Público e homologado o resultado, a contratação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas ofertadas neste Edital obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade do Processo Seletivo Público e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.

14.1. A contratação será direito subjetivo do candidato aprovado dentro do número de vagas ofertadas neste Edital, no prazo de validade do Processo Seletivo Público.

14.2. O candidato deverá se apresentar para contratação, às suas expensas, no prazo máximo de 05(cinco) dias consecutivos contados da publicação do ato de contratação do cargo/função pública, podendo esse



prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação fundamentada do interessado e despacho da autoridade competente, sob pena de ter seu ato de contratação tornado sem efeito.

14.3. Será tornada sem efeito a contratação do candidato que não apresentar, no prazo estabelecido, a documentação completa exigida no item 14.4.

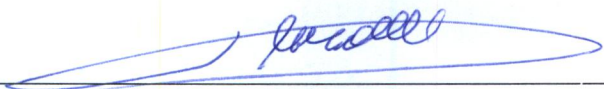
14.4. O candidato contratado deverá apresentar obrigatoriamente, no ato da contratação, os documentos abaixo relacionados, sendo que a autenticação dos documentos será realizada pela própria Prefeitura mediante apresentação do documento original:

- a) ASO (ATESTADO ADMISSIONAL), sem restrições, encaminhado pela Secretaria de Administração (no ato da entrega da documentação). Só poderá ser contratado aquele que for julgado apto física e mentalmente, para o exercício do cargo/função pública;
- b) 02 fotos 3x4 recentes;
- c) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e guia de contratação, disponibilizados e preenchidos na Secretaria de Administração no ato da entrega de documentação;
- d) Disponibilização de e-mail e número de telefone;
- e) Carteira de Trabalho;
- f) Guia/Extrato PIS/PASEP (atualizada emitida pela CEF ou BB);
- g) CPF próprio;
- h) Carteira de Identidade ou documento único valente, de valor legal;
- i) Título Eleitoral e Comprovante de Votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;
- j) Certificado de reservista, se do sexo masculino;
- k) Certidão de Nascimento e CPF de todos os dependentes;
- l) Declaração Escolar (filhos maiores de 5 anos e menores de 14);
- m) Cartão de Vacinação atualizado próprio e de Filhos menores de 7 anos;
- n) Certidão de Nascimento ou de Casamento (se for o caso devidamente averbada);
- o) Comprovante de Residência Atualizado;
- p) Documentação comprobatória de escolaridade, sendo este o Certificado de Conclusão do Curso, correspondente ao cargo/função ao qual concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
- q) Número da conta Corrente no Banco BRASIL (se não possuir conta, o Departamento Recursos Humanos encaminhará carta de abertura de conta salário);

14.5. O candidato contratado será responsabilizado administrativamente por quaisquer informações inverídicas que vier a prestar, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

14.6 Estará impedido de celebrar contrato o candidato que deixar de comprovar qualquer um dos requisitos especificados no item 13 deste Edital.

14.6. Após sua contratação, o candidato passará à condição de contratado da municipalidade e deverá entrar em exercício no dia útil seguinte a data da contratação.



XV – DISPOSIÇÕES FINAIS

15. Os prazos estabelecidos, considerando as especificações de cada etapa disciplinadas por esse Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o seu não cumprimento.

15.1. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados a este Processo Seletivo Público, quando constatada a omissão ou declaração falsa de dados ou condições, irregularidade de documentos, ou ainda, irregularidade na realização das provas, com finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.2. Será eliminado do Processo Seletivo Público o candidato que:

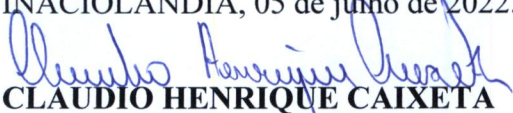
- a) Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
- b) Agir com incorreção ou descortesia, para com qualquer membro da equipe encarregada da aplicação das provas;
- c) For responsável por falsa identificação pessoal;
- d) Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Público;
- e) Não apresentar identificação oficial para fazer a prova conforme previsto no edital;
- f) Efetuar o pedido de inscrição fora do prazo estabelecido neste Edital;
- g) Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a Folha de Respostas;
- h) Infringir qualquer norma ou regulamento do presente Edital; e
- i) Não atender às determinações regulamentares pertinentes ao Processo Seletivo Público.

15.2. Comprovada a inexatidão ou irregularidades descritas no item 15.1. deste Edital, o candidato também estará sujeito a responder por falsidade ideológica de acordo com o art. 299 do Código Penal.

15.2. O MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA/GO procederá à guarda de documentos relativos ao Processo Seletivo Público, após a sua homologação, observada legislação específica pelo prazo de 06 (seis) anos, seguindo as normas do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, sem prejuízo do cumprimento de outros prazos aplicáveis à guarda da documentação remanescente, para fins de fiscalização dos atos de contratação pelos órgãos públicos responsáveis.

15.3. As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo Público do MUNICÍPIO DE INACIOLÂNDIA e pela Banca Examinadora, no que a cada um couber.

INACIOLÂNDIA, 05 de julho de 2022.


CLAUDIO HENRIQUE CAIXETA
Prefeito Municipal


PAULO CESAR SISDELLI
Secretária Municipal de Saúde

ANEXO I CRONOGRAMA

DATA	FASES DE EXECUÇÃO
11/07/2022	Publicação do Edital
18/07/2022	Abertura e encerramento de prazo para impugnação do Edital
19/07/2022	Resultado das impugnações do Edital
20/07/2021 a 29/07/2022	Período de Inscrições
01/08/2022	Relação das inscrições homologadas
02/08/2022 a 03/08/2022	Recurso contra o indeferimento da inscrição
04/08/2022	Decisão sobre o recurso de indeferimento da inscrição
02/08/2022 a 03/08/2022	Recurso contra o indeferimento do pedido de condição especial
04/08/2022	Decisão sobre o recurso de indeferimento do pedido de condição especial
08/08/2022 a 12/08/2022	Divulgação das salas para os candidatos realização das provas
13/08/2022	(sábado) Aplicação das provas de múltiplos escolha
17/08/2022	Divulgação da lista prévia classificatória
18/08/2022 a 19/08/2022	Recurso contra a totalização dos pontos obtidos na prova objetivo de múltipla escolha
22/08/2022	Decisão sobre o recurso contra a totalização dos pontos obtidos na prova objetivo de múltipla escolha
23/08/2022	Publicação do Resultado Preliminar
05,06,08,09 e 10 de setembro/2022	Curso de formação de ACS
14/09/2022	Resultado do curso de formação de ACS
20/09/2022 a 21/09/2022	Prazo de recursos do resultado do curso de formação de ACS
22/09/2022	Divulgação e publicação do resultado do recurso de formação de ACS
24/09/2022	Decreto de homologação do resultado final do processo seletivo
30/09/2022 a 29/09/2025	Apresentação de documentos e assinatura de contratos, conforme chamamento pela Administração




ANEXO II - RECURSO CONTRA GABARITO PROVISÓRIO

Processo de Seleção Pública:

() Agente Comunitário de Saúde;

Número da Questão: _____

Argumentação _____

Data ____ / ____ / 2022.

Assinatura do Candidato

ANEXO III - RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE INSCRIÇÃO

Processo de Seleção Pública:

() Agente Comunitário de Saúde;

Motivo do Indeferimento da Inscrição: _____

Argumentação _____

Data ____ / ____ /2022.

Assinatura do Candidato

ANEXO IV

FICHA DE INSCRIÇÃO PROCESSO SELETIVO (VIA MUNICIPAL)

Nº DE INSCRIÇÃO

Candidato(a) _____

Cargo Pretendido _____ Escolaridade exigida _____

Data de Nascimento: ____ / ____ / _____, Cart. De Identidade nº _____

Órgão: _____, Expedidor: _____, C P F: _____

E-mail: _____

Endereço: _____

Bairro: _____, CEP: _____

Cidade: _____ Estado: _____, Fone _____

Sexo: _____ Estado Civil: _____, Naturalidade: _____

Nome do Pai: _____

Nome da mãe: _____

Ao fazer a presente inscrição, assumo integral responsabilidade pelas declarações aqui feitas e declaro ter conhecimento e concordo com as normas e critérios definidos no Processo Seletivo Edital nº 001/2022.

Data: ____ / ____ / _____

Assinatura do(a) candidato(a)

Responsável para Inscrição: _____

**ANEXO V – RECURSO CONTRA RESULTADO CURSO DE
FORMAÇÃO**

Processo de Seleção Pública:

() Agente Comunitário de Saúde;

Argumentação _____

Data ____ / ____ /2022.

Assinatura do Candidato

ANEXO VI – ATENDIMENTO ESPECIAL

Nome do candidato: _____
Nº da inscrição: _____ Emprego: _____
Nome da mãe completo: _____
Sexo: () Feminino () Masculino E-mail: _____
RG nº _____ Data de Expedição: ____/____/____ Órgão: _____
CPF nº _____ Data de nascimento: ____/____/____
Tel: fixo: () _____ Celular: () _____

Vem **REQUERER** atendimento especial no dia de realização das provas do (Processo Seletivo Público). Marcar com X ao lado do tipo de atendimento especial que necessite.

- Sala para amamentação (Candidata lactante).
 Acessibilidade no local de provas (Candidato com dificuldade de locomoção). Prova com letra ampliada. Tamanho da fonte: _____
 Auxílio para preenchimento do cartão de resposta (Problema motor que impeça o preenchimento do cartão).
 Outro (descrever abaixo).

Atenção: Para o atendimento das condições solicitadas, verificar a obrigatoriedade de apresentação de **LAUDO MÉDICO** com CID emitido há menos de um ano, acompanhado deste requerimento preenchido. No caso de pedido de tempo adicional, é obrigatório **PARECER ORIGINAL** emitido por especialista da área de sua deficiência justificando sua necessidade junto a esse requerimento.

Dados especiais para aplicação das PROVAS:

(Discriminar abaixo qual o tipo de prova necessário e/ou tratamento especial.)

Nestes Termos,
Espera
Deferimento.

_____, _____, _____
(Local)(Data)(Assinatura) (Data) (Assinatura)

ANEXO VII

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E/OU REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATENÇÃO!

a) Em todas as provas, quando da citação de legislação, ainda que não mencionadas, devem ser consideradas as alterações da legislação com entrada em vigor até a data do início das inscrições. Ainda, considerar as leis que constam na bibliografia em sua totalidade, exceto quando os artigos estiverem especificados.

b) Na Prova de Português será exigida a norma ortográfica atualmente em vigor

PORTUGUÊS

1) Leitura e interpretação de texto; ideia central; compreensão das informações; gêneros textuais; vocabulário; substituição e sentido de palavras e expressões no contexto. 2) Ortografia; uso de letras minúsculas e maiúsculas; encontros consonantais; classificação das palavras quanto ao número de sílabas; formação e grafia do plural de palavras; divisão silábica; sílaba tônica; tonicidade - oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas; acentuação. 3) Pontuação; ponto final; uso de vírgula em enumeração, travessão, ponto de exclamação, ponto de interrogação, uso de aspas, uso de reticências, dois-pontos. 4) Classificação, uso e flexão de palavras; singular e plural; masculino e feminino; aumentativo e diminutivo. 5) Sinônimos e antônimos; expressões idiomáticas; gírias. 6) Termos da oração. 7) Concordância nominal e verbal. 8) Emprego e flexão de tempos e modos verbais; verbos regulares e irregulares.

MATEMÁTICA

1) Conjuntos Numéricos: Naturais e Inteiros: propriedades, operações, divisibilidade, números primos, fatoração, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum. Racionais, Irracionais e Reais - propriedades, operações, representação geométrica. 2) Equações e inequações: 1º grau, 2º grau. 3) Sistemas lineares do 1º grau. 4) Polinômios: operações básicas, produtos notáveis, fatoração e equações. 5) Geometria Plana: ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, círculo, circunferência, polígonos regulares inscritos e circunscritos. Propriedades, perímetro e área. Teoremas de Tales e Pitágoras. 6) Unidade de medida: comprimento, área, volume, capacidade, massa, tempo. 7) Trigonometria: trigonometria no triângulo retângulo. 8) Matemática Financeira: juros simples; razão; proporção; regra de três; porcentagem. 9) Probabilidade. 10) Estatística. 11) Funções: polinomial do 1ª e 2ª grau. 12) Raciocínio lógico. 13) Aplicação dos conteúdos anteriormente listados em situações cotidianas.

LEGISLAÇÃO, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Conteúdo 1 - Conhecimentos Gerais:

Conhecimentos sobre cidadania e consciência ecológica.

Referências Bibliográficas:

- Publicações e legislações relacionadas com os conteúdos indicados.

Conteúdo 2 - Legislação e Conhecimentos Específicos:

- 1) Políticas Nacionais de Saúde; Sistema Único de Saúde; Estratégias e ações de educação e promoção da Saúde; Vigilância e prioridades em saúde; Humanização da Assistência à Saúde; Ações e programas de saúde, em especial o Programa de Saúde da Família; Atenção primária à saúde. 2) Conceitos de territorialização, microárea e área de abrangência; cadastramento familiar e territorial. 3) Conceitos de eficácia, eficiência e efetividade em saúde. 4) Conhecimentos básicos sobre doenças. 5) O trabalho do Agente Comunitário de Saúde. Promoção, prevenção e monitoramento das situações de risco ambiental e sanitário. Processo saúde-doença e seus determinantes/condicionantes. Ética no trabalho em saúde. Sistema Municipal de Saúde: estrutura, funcionamento e responsabilidades. Estratégia de saúde da família na Atenção Básica à saúde. Estratégias de abordagem a grupos sociais e famílias. Direitos humanos. Técnicas de levantamento das condições de vida e de saúde/doença da população. Indicadores socioeconômicos, culturais e epidemiológicos: conceitos, aplicação. 6) Imunologia e Calendários de Vacinação. 7) Saúde da criança, do adolescente, do adulto e do idoso. 8) Coleta de dados: e-SUS Atenção Básica. 9) Legislação.

2)

Referências Bibliográficas:

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** - (Dos Princípios Fundamentais - Art. 1º ao 4º. Dos Direitos e Garantias Fundamentais - Art. 5º a 17. Da Organização do Estado - Art. 18 e 19; Art. 29 a 31; Art. 34 a 41. Da Organização dos Poderes - Art. 44 a 69. Da Ordem Social - Art. 193 a 204; Art. 225 a 230).
- BRASIL. **Decreto nº 7.508**, de 28 de junho de 2011. Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 8.080**, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.
- BRASIL. **Lei nº 11.340**, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, e dá outras providências.
- BRASIL. **Portaria nº 204**, de 17 de fevereiro de 2016. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, nos termos do anexo, e dá outras providências.
- BRASIL. **Portaria nº 2.488**, de 21 de outubro de 2011. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da Atenção Básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS).
- BRASIL. **Portaria nº 154**, de 24 de janeiro de 2008. Cria os Núcleos de Apoio à Saúde da Família - NASF
- PANAMBI. **Lei Orgânica do Município**.
- BRASIL. Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). **Vigilância ambiental em saúde**. 2002.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de Saúde da Criança - Menina**. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderneta de Saúde da Criança - Menino**. 2013.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 18: HIV/AIDS, hepatites e outras DST**. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 19: Envelhecimento e Saúde da Pessoa Idosa**. 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 20: Carências de Micronutrientes**.

2007.

- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 21: Vigilância em Saúde: Dengue, Esquistossomose, Hanseníase, Malária, Tracoma e Tuberculose.** 2008.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica nº 32: Atenção ao pré-natal de baixo risco.** 2013
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Como Ajudar no Controle da Hanseníase?** 2008
- BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional da Saúde. **Educação em Saúde - Diretrizes.** 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Prático do Agente Comunitário de Saúde.** 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Guia Prático do Programa de Saúde da Família.** 2001.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Melhoria Contínua da Qualidade na Atenção Primária à Saúde: conceitos, métodos e diretrizes.** 2010.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O Agente Comunitário de Saúde no Controle da Dengue.** 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde.** 2009.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **O Trabalho do Agente Comunitário de Saúde.** 2000.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Básica (2012).**
- BRASIL. Portaria nº 1.498, de 19 de julho de 2013 - **Redefine o Calendário Nacional de Vacinação, o Calendário Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de Vacinação, no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em todo o território nacional.**
- Publicações e legislações que contemplem os conteúdos indicados.